

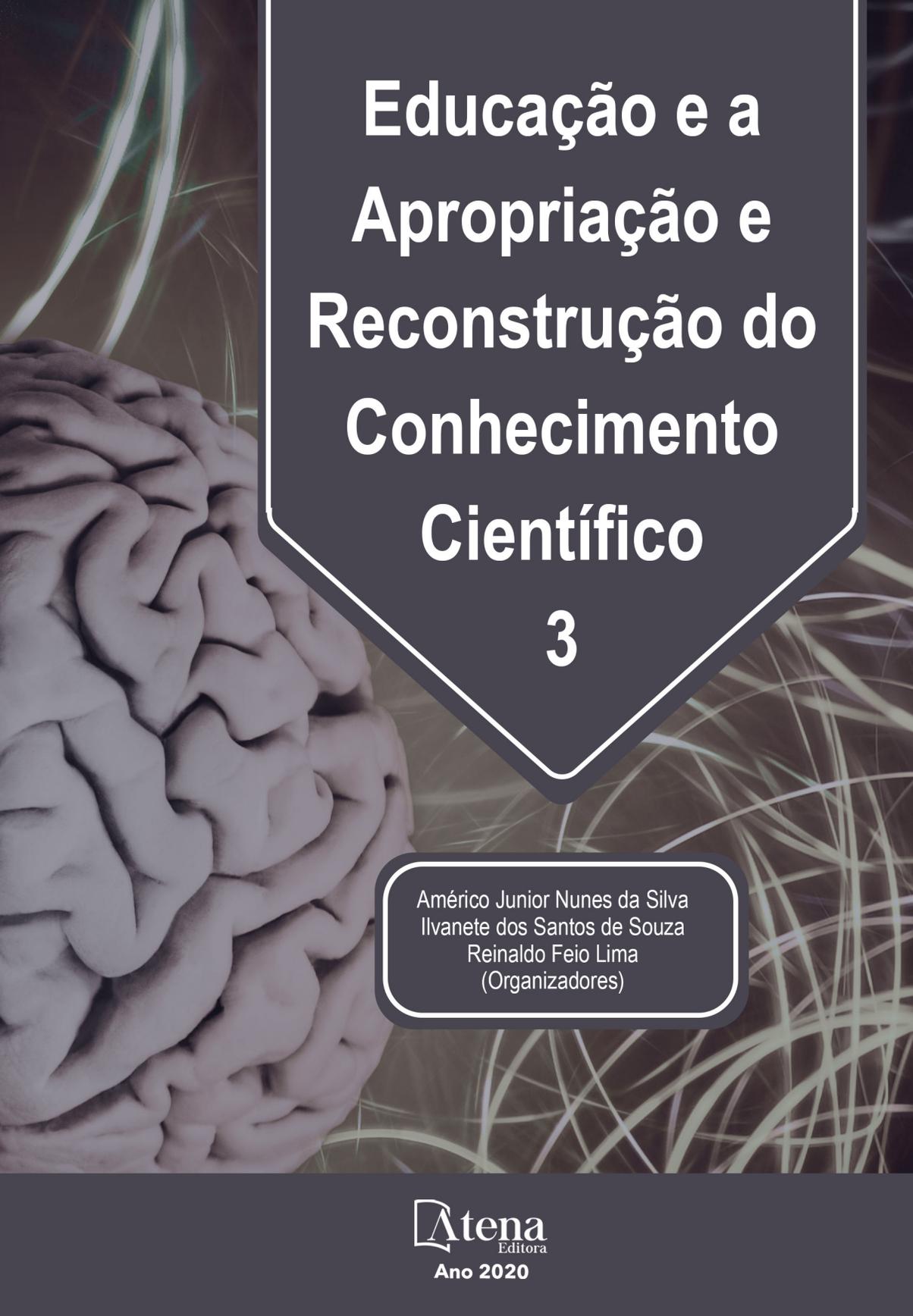
Educação e a Apropriação e Reconstrução do Conhecimento Científico

3

Américo Junior Nunes da Silva
Ivanete dos Santos de Souza
Reinaldo Feio Lima
(Organizadores)

 **Atena**
Editora

Ano 2020



Educação e a Apropriação e Reconstrução do Conhecimento Científico

3

Américo Junior Nunes da Silva
Ivanete dos Santos de Souza
Reinaldo Feio Lima
(Organizadores)

 **Atena**
Editora

Ano 2020

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lúvia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior

Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará

Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco

Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal

Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba

Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão

Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo

Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana

Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí

Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo

Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Maria Alice Pinheiro
Correção: David Emanuel Freitas
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizadores: Américo Junior Nunes da Silva
Ilvanete dos Santos de Souza
Reinaldo Feio Lima

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

E24 Educação e a apropriação e reconstrução do conhecimento científico 3 / Organizadores Américo Junior Nunes da Silva, Ilvanete dos Santos de Souza, Reinaldo Feio Lima. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-609-6

DOI 10.22533/at.ed.096202711

1. Educação. I. Silva, Américo Junior Nunes da (Organizador). II. Souza, Ilvanete dos Santos de (Organizadora). III. Lima, Reinaldo Feio (Organizador). IV. Título.

CDD 370

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos.

APRESENTAÇÃO

Esta obra surge no bojo de uma pandemia: a do novo coronavírus. Contexto marcado pelo distanciamento social e conseqüentemente a suspensão das atividades presenciais em escolas e universidades. Segundo a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), a pandemia da COVID-19 já impactou os estudos de mais de 1,5 bilhão de estudantes em 188 países. E é nessa conjuntura de um “novo normal” que os autores dessa obra organizam as produções que compõem este volume.

Boaventura de Souza Santos¹ em sua obra “A cruel pedagogia do vírus” nos apresenta algumas reflexões sobre os desafios desse período emergencial e lança luz sobre as desigualdades sociais evidenciadas por esse panorama. E conseqüentemente, na Educação, esses aspectos compactuam de algum modo, ao acentuar a exclusão daqueles que não conseguem adequar-se desencadeando impactos no ensino como, por exemplo, acesso a tecnologia, reinvenções metodológicas e a mudança de rotina da sala de aula, dentre outros. O cenário emergencial potencializa os desafios e traz à baila as fragilidades do ensino, ainda em fase de apropriação, pois precisam ser compreendidos, ou seja, as informações carregam intencionalidade.

As discussões realizadas neste volume 3 de “**Educação e a Apropriação e Reconstrução do Conhecimento Científico**”, perpassam pela Educação e seus diferentes contextos e reúnem estudos de autores nacionais e internacionais. Este livro, portanto, reúne trabalhos de pesquisa e experiências em diversos espaços, com o intuito de promover um amplo debate acerca das diversas problemáticas que permeiam o contexto educacional brasileiro. Os capítulos que compõe essa obra abordam, de forma interdisciplinar, a partir da realização de pesquisas, relatos de casos e revisões, problemas e situações comuns do contexto educacional.

Por fim, ao levar em consideração todos os elementos que apresentamos anteriormente, esta obra, a partir das discussões que emergem de suas páginas, constitui-se enquanto importante leitura para aqueles que fazem Educação no país e que se interessam pelas temáticas aqui discutidas. Nesse sentido, desejamos uma boa leitura a todos e a todas.

Américo Junior Nunes da Silva
Ilvanete dos Santos de Souza
Reinaldo Feio Lima

1 SANTOS, Boaventura de Sousa. A Cruel Pedagogia do Vírus. Editora Almedina, Portugal. 2020.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: DESAFIOS SOCIAIS E FORMATIVOS

Christiane Andrade Regis

Katia Siqueira de Freitas

DOI 10.22533/at.ed.0962027111

CAPÍTULO 2..... 11

CURRÍCULO ESCOLAR E OS SABERES LOCAIS: PERCEPÇÕES DOCENTES DE UMA COMUNIDADE RURAL

Leonardo Augusto Couto Finelli

Rânely Nayara Pereira Cruz

DOI 10.22533/at.ed.0962027112

CAPÍTULO 3..... 19

O PLANEJAMENTO COMO FERRAMENTA DE DEMOCRATIZAÇÃO DO TEMPO DE BRINCAR: O TEMPO E O ESPAÇO A FAVOR DA LIBERDADE DE ESCOLHA DAS CRIANÇAS QUE PERMANECEM NA ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL

Natalia Francisca Cardia dos Santos

Karina Rodrigues de Melo Andrade

DOI 10.22533/at.ed.0962027113

CAPÍTULO 4..... 26

PERSPECTIVAS PARA A AÇÃO PROFISSIONAL: UMA CARTA PEDAGÓGICA À UNIVERSIDADE BRASILEIRA. SOBRE A RECRIAÇÃO DE MIM

Aline Graziela Szczesny Mancilha

Dilmar Xavier da Paixão

DOI 10.22533/at.ed.0962027114

CAPÍTULO 5..... 31

A ABORDAGEM CTSA E A APLICAÇÃO DE PEDAGOGIA INOVADORAS: A MORADIA COMO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA ESCOLA

Cacilene Moura Tavares

Cleudes Carvalho de Oliveira

Ana Karla Barbosa Lima

Mayara Cristina Figueiredo Lima

Nazarena Guimarães

Sidilene Brito da Silva

Valdirene Barbosa da Silva

Gissele Christine Tadaiesky Vasconcelos

DOI 10.22533/at.ed.0962027115

CAPÍTULO 6..... 40

A CONCEPTUAL REVIEW: DEWEY AND MAKARENKO'S PEDAGOGICAL IDEAS IN THE LATIN AMERICAN CONTEXT

Xóchil Virginia Taylor Flores

Antonio Padilla Arroyo

DOI 10.22533/at.ed.0962027116

CAPÍTULO 7	52
ESTRATÉGIAS PARA UMA EDUCAÇÃO EMANCIPADORAS NO ENSINO SUPERIOR: O ESTUDO DE CASO DO PROGRAMA EDUCALAB Priscila Monteiro Pereira DOI 10.22533/at.ed.0962027117	
CAPÍTULO 8	63
ASSISTÊNCIA SOCIAL ALÉM DA FILANTROPIA: PROTEÇÃO E VIGILÂNCIA AOS FILHOS DOS OUTROS NA CIDADE DE SÃO PAULO (1890-1927) Ricardo Felipe Santos da Costa DOI 10.22533/at.ed.0962027118	
CAPÍTULO 9	74
LUTO DO FILHO IDEALIZADO: A INESPERADA DEFICIÊNCIA FÍSICA Emanuelle Beatriz da Silva Castro Jacqueline Farias Galvão Karina da Silva Rui DOI 10.22533/at.ed.0962027119	
CAPÍTULO 10	83
O ACOLHIMENTO DE CRIANÇAS EM UM ABRIGO INSTITUCIONAL Trayce Kelly Carvalho Alvim DOI 10.22533/at.ed.09620271110	
CAPÍTULO 11	92
ESCRITAS FEMININAS: INFÂNCIAS E JUVENTUDES VIVENCIADAS E RECRIADAS Priscila Kaufmann Corrêa DOI 10.22533/at.ed.09620271111	
CAPÍTULO 12	104
O METRÔ DE SÃO PAULO COMO AGENTE DE ACESSO À EDUCAÇÃO SUPERIOR PRIVADA Diamantino Augusto Sardinha Neto Fábio Gonçalves Cavalcante DOI 10.22533/at.ed.09620271112	
CAPÍTULO 13	116
CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL: MOVIMENTOS DE (RE) APRENDER A SER DOCENTE Cacilene Moura Tavares Kelly Rebeca Castanheira Oliveira Tamara Almeida Damasceno Herica Teixeira Simão DOI 10.22533/at.ed.09620271113	

CAPÍTULO 14	128
ENSINO DE BIOLOGIA E FORMAÇÃO DE PROFESSORES: MAPEAMENTO DE ARTIGOS SOBRE O TEMA NO PORTAL DE PERIÓDICOS DA CAPES	
Deisiré Amaral Lobo	
Angélica Conceição Dias Miranda	
DOI 10.22533/at.ed.09620271114	
CAPÍTULO 15	140
EQUATORIAL “PAZOS” DO OBSERVATÓRIO DO VALONGO: ORIGEM E TRAJETÓRIA	
José Adolfo Snajdauf de Campos	
DOI 10.22533/at.ed.09620271115	
CAPÍTULO 16	150
A EDUCAÇÃO PRIMÁRIA PAULISTA NO INÍCIO DA DÉCADA DE 1920: PERMANÊNCIAS E DESLOCAMENTOS NO IDEÁRIO DO ENSINO INTUITIVO	
Aparecida Rodrigues Silva Duarte	
DOI 10.22533/at.ed.09620271116	
CAPÍTULO 17	160
A TRANSDISCIPLINARIDADE DOS ESTUDOS DE PAULO FREIRE E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA AS PESQUISAS EM ADMINISTRAÇÃO	
Carlos Eduardo Poerschke Voltz	
Juliana Poerschke Voltz	
José Antonio Ribeiro de Moura	
Cidmar Ortiz dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.09620271117	
CAPÍTULO 18	173
RELATO DE EXPERIÊNCIA: PRODUZINDO SAÚDE ATRAVÉS DA EDUCAÇÃO	
Viviane Mikaelle Lopes Maciel	
Dilene Fontinele Catunda Melo	
Fernando Cândido Araújo	
DOI 10.22533/at.ed.09620271118	
CAPÍTULO 19	179
EDUCAÇÃO FEMININA NA PRIMEIRA REPÚBLICA: ESTADO DA ARTE EM HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO NORDESTE BRASILEIRO	
Aline de Medeiros Fernandes	
Aliny Dayany Pereira de Medeiros Pranto	
Gillyane Dantas dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.09620271119	
CAPÍTULO 20	189
O ENSINO SUPERIOR NA QUALIFICAÇÃO DE COMPETÊNCIAS EM PROTEÇÃO CIVIL – UM MODELO METODOLÓGICO DE PESQUISA	
Manuel João Ribeiro	
Ana Paula Oliveira	

Paulo Gil Martins

Ana Barqueira

DOI 10.22533/at.ed.09620271120

SOBRE OS ORGANIZADORES201

ÍNDICE REMISSIVO.....203

CAPÍTULO 10

O ACOLHIMENTO DE CRIANÇAS EM UM ABRIGO INSTITUCIONAL

Data de aceite: 01/11/2020

Data de submissão: 07/09/2020

Trayce Kelly Carvalho Alvim

Universidade Federal de São João del Rei
(UFSJ)

Programa de Pós Graduação em Educação
(PPEDU)

São João del Rei – MG

[https://www.cnpq.br/cvlattesweb/PKG_MENU.
menu?](https://www.cnpq.br/cvlattesweb/PKG_MENU.menu?)

f_cod=3C5EDF3E6B397
BBD64F16D78C4050FA4

RESUMO: O presente trabalho é parte de uma pesquisa de mestrado, em andamento, que tem como objetivo geral analisar as vozes das crianças sobre suas vivências em uma instituição denominada “Casa Lar”. Especialmente, neste texto, o objetivo é refletir acerca da última fase da assistência pública no Brasil em relação ao acolhimento de crianças e adolescentes em uma instituição. No caso específico da instituição pesquisada, apesar de ser conhecida como Casa Lar, a mesma não possui os parâmetros, segundo as orientações técnicas, nem tem o registro condizente com a nomenclatura.

PALAVRAS - CHAVE: Crianças, Infâncias, Abrigo Institucional, Casa Lar, Institucionalização

CHILDREN'S ACCOMMODATION IN AN INSTITUTIONAL SHELTER

RESUME The present work is part of a master's research, in progress, which aims to analyze the children's voices about their experiences in an institution called “Casa Lar”. Especially, in this text, the objective is to reflect on the last phase of public assistance in Brazil in relation to the reception of children and adolescents in an institution. In the specific case of the researched institution, despite being known as Casa Lar, it does not have the parameters, according to the technical guidelines, nor does it have a record consistent with the nomenclature.

KEYWORDS: Children, Childhoods, Institutional Shelter, Casa Lar, Institutionalization

INTRODUÇÃO

O objetivo da pesquisa, em andamento, é analisar as vozes das crianças sobre suas vivências em uma instituição denominada “Casa Lar”, tendo em vista fatores que abarcam a construção social de suas infâncias. Especialmente, neste texto, o objetivo é refletir acerca da última fase da assistência pública no Brasil em relação ao acolhimento de crianças e adolescentes em uma instituição.

Foi realizado um levantamento bibliográfico sobre a historização das fases da assistência pública no Brasil. Roberto da Silva (1998) afirma que são cinco fases para pensar a “evolução do pensamento assistencial brasileiro” (p.34): 1) Filantrópica (1500-1874),

2) Filantrópico-Higienista (1874-1922), 3) Assistencial (1924-1964), 4) Institucional Pós-64 (1964-1990) e a 5) Desinstitucionalização (1990 até os dias atuais). Dessa forma, o objetivo específico deste trabalho tem como premissa discutir a fase, da “Desinstitucionalização”. Uma vez que procuro trazer aqui a discussão do Programa de Acolhimento que acopla atualmente o Abrigo Institucional que se encontra as crianças participantes da pesquisa.

Segundo o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária adotou-se o termo:

[...] Acolhimento Institucional para designar os programas de abrigo em entidade, definidos no artigo 90, inciso IV, do ECA, como aqueles que atendem crianças e adolescentes que se encontram sob medida protetiva de abrigo, aplicadas nas situações dispostas no Art. 98. Segundo o Art. 101, Parágrafo Único; o abrigo é medida provisória e excepcional, não implicando privação de liberdade. O Acolhimento Institucional para crianças e adolescentes pode ser oferecido em diferentes modalidades como: Abrigo institucional para pequenos grupos, Casa Lar e Casa de Passagem. Independente desta nomenclatura, todas essas modalidades de atendimento constituem “programas de abrigo”, previsto no artigo 101 do ECA, inciso VII, devendo seguir os parâmetros do artigo 90, 91,92, 93 e 94 (e no que couber) da referida lei (BRASIL, p.41, 2003).

A institucionalização faz-se presente neste trabalho, como forma de compreensão sobre as vivências das crianças sujeitos da pesquisa que se passa em uma “Casa lar” sendo reconhecida pelas orientações técnicas de um “Abrigo Institucional”. Para melhor explicitar as diferenças da nomenclatura, procurei no livro “Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes”, publicado no ano de 2009 sob premissa do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, em parceria com o Conselho Nacional do Direito das Crianças e dos Adolescentes (CONANDA), as diferenciações pautadas pelo ECA para cada modalidade de instituição. O material apresenta os parâmetros de uma orientação geral técnica sobre o tipo de serviço que é realizado para cada modalidade de Acolhimento Institucional. Dentre eles a Casa Lar; o Abrigo Institucional; a Casa de Passagem e República.

Faz parte da visibilização deste trabalho focar na distinção entre: “Abrigo Institucional” e “Casas Lares”, pelo fato de a nomenclatura “Casa Lar” de tal programa de acolhimento, não estar associada aos parâmetros que realmente se define a instituição da pesquisa, que se enquadra atualmente na modalidade de “Abrigo institucional”.

Segundo as “Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes”, o serviço de Abrigo Institucional, deverá ter:

[...] aspecto semelhante ao de uma residência e estar inserido na comunidade, em áreas residenciais, oferecendo ambiente acolhedor e condições institucionais para o atendimento com os padrões de dignidade. Deve ofertar atendimento personalizado e em pequenos grupos e favorecer o convívio familiar e comunitário das crianças e adolescentes atendidos, bem como a utilização dos equipamentos e serviços disponíveis na comunidade local (BRASIL, 2009, p.67).

O mesmo livro consta com a definição do funcionamento e orientações técnicas devidas para uma Instituição “Casa Lar”, sendo de responsabilidade da Instituição os parâmetros estabelecidos para o devido serviço:

O Serviço de Acolhimento provisório oferecido em unidades residenciais, nas quais pelo menos uma pessoa ou casal trabalha como educador/cuidador residente – em uma casa que não é a sua – prestando cuidados a um grupo de crianças e adolescentes afastados do convívio familiar por meio de medida protetiva de abrigo (ECA, Art. 101), em função de abandono ou cujas famílias ou responsáveis encontrem-se temporariamente impossibilitados de cumprir sua função de cuidado e proteção, até que seja viabilizado o retorno ao convívio com a família de origem ou, na sua impossibilidade, encaminhamento para família substituta.

O Plano Nacional de Promoção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária, foi um dos documentos mais importantes no que concerne a garantia dos direitos das Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária, estabelecidos pelo ECA. Este Plano é o resultado final da luta de vários atores sociais militantes e participantes de diversas Organizações Políticas e Movimentos Sociais do Brasil. O mesmo documento foi aprovado em 2006, no Governo de Luiz Inácio Lula da Silva e foi aprovado pelo Conselho Nacional dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes (CONANDA) e pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS). Um dos objetivos gerais do plano é:

Assegurar que o Acolhimento Institucional seja efetivamente utilizado como medida de caráter excepcional e provisório, proporcionando ambiente individualizado, de qualidade e em pequenos grupos, bem como proceder ao reordenamento institucional das entidades para que sejam adequadas aos princípios, diretrizes e procedimentos estabelecidos pelo ECA (BRASIL, 2006).

Uma vez que as crianças da “Casa Lar” têm a instituição como ambiente de moradia, o qual estão imersos ao “*micromundo das instituições*” que se faz necessário compreender acerca dessa instituição de acolhimento. Roberto da Silva (1998), autor de “*Os filhos do Governo*”, sendo ex-morador de uma das Unidades da Febem, explicita o conceito de micromundo:

O micromundo a que me refiro sempre foi para mim tão real, tão tangível, suas entranhas e suas estruturas tão familiares, que passei a concebê-lo através de uma metáfora: o micromundo como um universo delimitado por uma redoma, cujos limites inferior e superior definem tanto uma estratificação institucional como uma escala de evolução existencial (SILVA, 1998, p. 172).

Sendo assim, é válido ressaltar que os ambientes de abrigo estão relacionados às construções subjetivas das pessoas que crescem ou que passam um certo tempo institucionalizadas no âmbito do acolhimento. Este *micromundo* faz relação com uma realidade que para nós, é desconhecida. E que só se faz esclarecedora (ou não) para as

1 Fruto da Dissertação de Mestrado do autor

pessoas que vivem a institucionalização.

Pensando nisso, diversos atores envolvidos nas questões sociais e principalmente vinculados a associações, comissões, conselhos, organizações políticas e movimentos sociais, pressionaram as alterações na Constituição de 1988, implementando o ECA à fase da desinstitucionalização e com isso, o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária. A partir deste Plano, as Políticas Públicas obtiveram melhor ênfase no que concerne “novas formas” do Programa de Acolhimento atuar para Crianças e Adolescentes em situação de risco social.

As Crianças e Adolescentes que se encontram sob medida protetiva permanecem nas Instituições de Acolhimento até os seus 18 anos, o que é garantido pelo ECA. Por isso, Silva (1998) busca explicitar as fases no que abrange à historicidade da Assistência Social para Crianças e Adolescentes em situação de vulnerabilidade social no país. Para o autor, a *desinstitucionalização* é a fase a qual se imergiu com a promulgação do ECA após 1990. Dessa forma ele enfatiza que:

Os estudos das fases mais recentes buscam identificar as diversas representações da criança institucionalizada, a construção de uma pedagogia específica e de técnicas para trabalhar com meninos de rua, questões sobre a subjetividade do menor, etc., mas pouco ou nada se referem à historicidade do abandono e ao atrelamento das políticas de amparo à criança a uma visão política do Estado do homem (p.48).

Para Fernandes (2007), há tensões de complexidades acentuadas existentes nos exercícios dos direitos de proteção e participação. “Uma vez que apoiam perspectivas quase antagônicas: por um lado, a defesa de uma perspectiva da criança como dependente da proteção do adulto e incapaz de assumir responsabilidades; por outro, uma acepção da criança como sujeito de direitos civis básicos” (p.247). Ainda assim há neste embate uma série de fatores que dizem respeito às subjetividades das crianças e suas infâncias voltadas a cada ambiente.

Para Tuan (1980), os ambientes são denominados de “eco-auto-organização”. Para o autor, esses ambientes são assim denominados quando o indivíduo constitui o seu eu, nas interações com o meio, entendidos como “ecossistemas” e também depositam nos mesmos, “cargas de afetividade” em tais locais, as quais o mesmo autor conceitua de “topofilia”.

A interação social que acontece mediante o ambiente em que a criança vive, desencadeia uma série de fatores comprometedores que contribuem também para suas construções identitárias. Esse sentimento de afetividade, gerado na porção do espaço vivido, incrementam os locais institucionais aos quais as crianças e adolescentes podem vir a passar boa parte do tempo, como é o caso também das escolas e creches de tempo integral e dos abrigos de acolhimento e casas lares regidos por medidas protetivas sob custódia da justiça. Para Coelho (2007), “O próprio “lugar” é construído por intermédio

das interações afetivas que são impregnadas de valores, sentimentos e simbolismos, no instante em que o indivíduo vive o espaço pelos processos perceptivos” (p.176).

De acordo com Ridge e Millar (2000), a experiência de institucionalização deixa as crianças, por vezes, vulneráveis à exclusão social devido a uma inadequada integração interpessoal. Essas crianças, carecem de apoio social mediante uma equipe técnica atuante tanto nas instituições de ensino, quanto nas casas lares e demais abrigos institucionais, uma vez que as mesmas, além de estarem em situação de risco social, sofrem preconceitos diante das pessoas que as veem ainda como uma “ameaça” para a sociedade. Dessa forma, essas mesmas crianças chegam nas escolas despreparadas mediante a falta de amparo e proteção efetiva, além de ficarem constrangidas pelo processo de institucionalização, o que pode contribuir dentre outras coisas, para o seu não desempenho escolar (RIDGER e MILLAR, 2000).

Para Corsaro (2011), “[...] a pobreza infantil nos países em desenvolvimento pode estar ligada a uma série de fatores, incluindo a rápida urbanização [...], o aumento da crise da dívida global, doenças infecciosas, e outros fatores que contribuem a reproduzir essas desigualdades sociais e portanto, políticas. O mesmo autor alega que a ajuda das “nações ricas” pode contribuir para o combate a esses problemas causados pela pobreza nos países em desenvolvimento. Dessa forma, ele menciona a ODA (Assistência Oficial para o Desenvolvimento) que,

[...] refere-se ao auxílio governamental para fins humanitários e de desenvolvimento [...], cerca de dois terços da ODA são dados diretamente de um governo para o outro; o restante é canalizado para diversos países, por meio de organizações e agências das Nações Unidas. Além disso, alguns auxílios são fornecidos por organizações voluntárias das nações ricas (p.322).

Os casos de institucionalizações na Casa Lar são com frequência em relação aos maus tratos e conseqüentemente à pobreza. “A institucionalização das crianças, motivada pela existência de quadros sociais e familiares complexos, tem sido “a forma mais simples e mais cômoda de a sociedade solucionar o problema das crianças vítimas de maltrato” (p.258).

É a partir dessa realidade que esta pesquisa de mestrado se insere. Com o objetivo de analisar as vozes das crianças sobre suas vivências na instituição Casa Lar, tendo em vista fatores que abarcam a construção social de suas infâncias.

A metodologia estabelecida nesta pesquisa se insere no campo teórico da pesquisa de campo, seguida dos pressupostos teóricos dos estudos da sociologia da infância conforme Sarmiento (2009), uma vez que a sociologia da infância se preocupa com a “totalidade da realidade social”, voltada para uma perspectiva de exclusão e pobreza numa realidade que, para Sarmiento (2009, p.19), se equipara a uma “invisibilização das crianças como atores sociais”. Nesta perspectiva, o mesmo autor enfatiza que “esta imagem dominante da infância remete as crianças para um estatuto pré-social: as crianças são “invisíveis” porque

não são consideradas como seres sociais de pleno direito. Não existem porque não estão lá: no “discurso social”.

Nesse sentido, ainda hoje existem questões paradoxais que se perpetuam, por um lado há essa invisibilização da infância, por outro, documentos como a Convenção Sobre os Direitos da Criança de 1989 que garantem o direito de voz ativa e participação das crianças nos assuntos que lhes dizem respeito. Dessa forma, em seu décimo segundo artigo é enfatizado que “os Estados partes garantem à criança com capacidade de discernimento o direito de exprimir livremente a sua opinião sobre questões que lhe respeitem, sendo devidamente tomadas em consideração as opiniões da criança, de acordo com sua idade e maturidade” (ROSEMBERG e MARIANO, 2010).

Para Oliveira (2018, p.272), “a sociologia da infância lida com diferentes padrões de infância, em contextos culturais e sociais variados, e para isso é preciso uma abordagem envolvendo a criança como participante da pesquisa.” Neste sentido, para a autora: “O estudo das crianças como atores sociais tende a privilegiar perspectivas teóricas mais subjetivistas ou interpretativistas, e abordagens micro, fazendo uso de métodos mais qualitativos e metodologias participativas” (OLIVEIRA, 2018, p.264). Horn (2013, p.2) afirma que “é mais fácil ouvir o que as crianças têm a dizer sobre si mesmas, sobre os outros e sobre o mundo em que vivem, do que ouvir o que os outros têm a dizer sobre elas”.

Neste sentido, a metodologia pretendida abarcará a pesquisa qualitativa na perspectiva da pesquisa de campo com crianças, a qual para Graue e Walsh (2003) está inserida na abordagem “interpretativa”. Corsaro (2011) cunha o termo de “*Reprodução Interpretativa*”, que busca salientar a ação das crianças nas suas culturas de pares, na reprodução e mudança social.

“O termo “*reprodução*” nesse sentido, enfatiza a ideia de que as crianças são afetadas pelas estruturas sociais e pelas culturas de que fazem parte, enquanto o termo “*interpretativa*”, focaliza os aspectos inovadores e criativos da participação das crianças nas interações sociais” (CORSARO, 2011 apud PRADO E VOLTARELLI, 2018, p.286)

Para frisar esta abordagem interpretativa, os autores Graue e Walsh (2003) previamente fazem uma discussão sobre o contexto de inserção das crianças em seu ambiente/espço. Tendo em vista a especificidade de cada contexto com experiências específicas de cada uma delas.

Dessa forma, eles entendem por contextos “[...] um espaço e um tempo cultural historicamente situado, um aqui e um agora específico. É o elo de união entre as categorias analíticas dos acontecimentos macrosociais e microsociais” (GRAUE e WALSH, 2003, p.25). Neste sentido, Corsaro (1985) enfatiza que “as crianças são capazes de inventar em contextos criados pelos adultos, os seus próprios contextos, que permanecem a maioria das vezes, invisíveis pelos adultos, mas que são bem visíveis e notórios pelas crianças”.

Sendo assim, é relevante ressaltar que o objetivo desta pesquisa está em analisar

a voz das crianças no âmbito de suas experiências sociais vivenciadas no contexto da instituição de abrigo denominada Casa Lar. Entendendo as crianças como membros ativos da sociedade tendo suas infâncias como fenômeno social construído socialmente.

Corsaro (2011, p.15) se refere às crianças como “[...] agentes sociais, ativos e criativos, que produzem suas próprias e exclusivas culturas infantis, enquanto simultaneamente contribuem para a produção das sociedades adultas”. Sendo assim, vale ressaltar a importância com a qual essas crianças e suas infâncias introduzidas na formação de suas culturas têm para a pesquisa e serão aqui tratadas como atores sociais, com enfoque primordial, respeitando suas linguagens e processos criativos.

Para que as crianças fossem ouvidas, iniciei esse procedimento a partir da geração de dados que Graue e Walsh (2003, p.117) entendem por este conceito, o momento em que o pesquisador parte da premissa de perceber todas as perspectivas da observação. Por isso, faz-se necessário a experimentação sobre vários ângulos da observação. O que para eles, demanda um processo “ativo, criativo e de improvisação” por parte do pesquisador.

Para efetivação da geração de dados, o instrumento foi a observação participante, com registro de dados gerados. O que requereu para um primeiro passo as perguntas que me aguçaram a maneira de entender o campo pretendido; o conhecimento prévio, que para os autores, “quanto mais se sabe sobre a parte do mundo em que se vai explorar, melhor” (GRAUE e WALSH, 2003, p.16); e o planejamento, que foi realizado, mediante a minha entrada no campo, ao me aproximar das crianças e da equipe técnica sobre a negociação dos dias que fiquei na casa, a variação dos horários, entre outros procedimentos, que me orientaram a uma construção de um registro de dados.

A construção de um registro de dados é imprescindível no que concerne o tempo para a interpretação e constatação da percepção das crianças sobre a instituição. O registro foi realizado por meio de um diário de campo, que consiste em um caderno para as transcrições das observações, seguido de revisão bibliográfica, que antecedeu e se perdurou durante todo o trabalho de campo.

Dessa forma, a primeira estratégia metodológica foi dar início ao levantamento acadêmico mencionado e no processo da observação, que para Graue e Walsh (2003, p.118) deve ser “cuidadosa, sistemática e disciplinada”. Horn (2013, p.3) afirma que “[...] ao observar, o pesquisador descreve atividades e situações, construindo significado para elas, pois esteve presente na sua movimentação, nas interações e nas relações estabelecidas com o sujeito investigado.

As crianças que se encontram na “Casa Lar Regional” de São João del Rei estão sob proteção e mantidas sob tutela da Justiça. A casa consta atualmente com um número de 32 crianças e adolescentes de 0 a 18 anos e é mantida pelo Consórcio Intermunicipal de Saúde das Vertentes (CISVER), firmando acordo com mais sete municípios da região das vertentes em Minas Gerais. Por isso, o nome da Instituição de “Casa Lar *Regional*”.

Contudo, o trabalho aqui apresentado, é um recorte teórico do período da fase

da “desinstitucionalização”, que buscou discutir a diferença entre a nomenclatura e as orientações técnicas de uma “Casa Lar” para um “Abrigo Institucional”. Uma vez que a Instituição pesquisada se caracteriza como “Abrigo Institucional” e não com os parâmetros de regulamentação técnicos de uma instituição “Casa lar”.

Ademais, saliento que como educadoras e educadores necessitamos de uma compreensão mínima sobre o reconhecimento da existência dessas crianças e adolescentes nesses espaços não escolares, porém de capacidade altamente educativa. Realço ainda, neste aspecto, sobre a existência das crianças institucionalizadas frequentarem também os espaços escolares. Nas palavras de Lima (2018, p.278): “[...] torna-se imprescindível levar em consideração a vivência trazida pelas crianças, saber o que elas trazem abrigadas consigo”.

Podemos compreender que as crianças protagonistas desta pesquisa, assim como todas, carecem de direitos e garantias para se estabelecerem como sujeitos que possam falar e serem ouvidos. Para Valente (2015, p.141) “[...] a existência da lei por si só não garantiria a sua aplicabilidade. Pelo contrário, seria no cotidiano que a disputa política teria de se desenrolar, e esforços contínuos precisariam ser cotidianamente cuidados e reafirmados”.

REFERÊNCIAS

BRASIL, 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei 8.069/90, 13 de julho de 1990.

BRASIL. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA). Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS). **Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes**, 2009.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. **Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária**. Brasília, DF: CONANDA, 2006. Disponível em <www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/sedh/.../pncfc.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2016.

CORSARO, W. A. **Sociologia da Infância**. 2.ed. Porto Alegre: Artmed, 2005.

_____. **Sociologia da Infância**. Porto Alegre: Artmed, 2011.

FERNANDES, Natália. **O centro e a margem: Infância, proteção e acolhimento institucional**. In: VASCOCELOS, Maria Ramos de; SARMENTO, Manuel Jacinto. (Orgs). *Infância Invisível*. Araraquara: Junqueira & Marin, 2007.

GRAUE, M. E.; WALSH, D. J. **A investigação etnográfica com crianças: teorias, métodos e ética**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

HORN, M. G. de S. **Sabores, cores, sons, aromas**: a organização dos espaços na educação infantil. Porto Alegre: Artmed, 2004.

LIMA, M. P. A criança em instituição de acolhimento: O que dizem as pesquisas científicas. **Estudos de psicologia**, Natal, RN, v.23, n.3, jul./abr. 2018.

OLIVEIRA, F. L. Metodologias de Pesquisas na Sociologia da Infância. In: ABRAMOWICZ, A.; HENRIQUES, C. A. (Orgs). **Educação Infantil: A Luta Pela Infância**. Campinas: Papirus, 2018.

RIDGE, T. MILLAR, J. **Excluding children**: autonomy, friendship and the experience of the care system. *Social Policy & Administration*, v. 34, n.2, p.160-175,2000.

ROSEMBERG, F.; MARIANO, C. L. S. A Convenção Internacional Sobre os Direitos da Criança: Debates e Tensões. **Cadernos de pesquisa**, vol.40, n.141, p.693-728, 2010. Acesso em: 06 fev. 2019.

SARMENTO, Manuel, GOUVEA, Maria Cristina S. (org.). **Estudos da Infância**: Sociologia da Infância: Correntes e Confluências. Vozes. Petrópolis, 2ª edição, 2009.

SILVA, Roberto da. **Os Filhos do Governo**. São Paulo, Ed. Ática, 1998.

TUAN, Y-Fu. **Espaço e Lugar**. São Paulo: Difel, 1983.

VALENTE, J. O Direito de Crianças e Adolescentes a uma Convivência Familiar e Comunitária. In: SILVA, F.; GUIMARÃES, B. (Orgs). **Nas Trilhas da Proteção Integral**: 25 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente. Recife: Instituto Pró-Cidadania, 2015.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Abrigo Institucional 11, 83, 84, 90

Acesso à educação 11, 104

Administração 12, 147, 152, 160, 161, 162, 170, 172, 201

Aprendizagem 2, 5, 24, 29, 31, 35, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 116, 119, 120, 121, 122, 126, 130, 132, 135, 136, 164, 166, 167, 176, 199, 202

Assistência Social 11, 63, 65, 67, 70, 71, 72, 85, 86, 90, 164, 172

Astronomia 140, 141, 142, 143, 145, 147, 148, 149

B

Base Nacional Comum Curricular 11, 13, 16, 17

C

Casa Lar 83, 84, 85, 87, 89, 90

Cidade de São Paulo 11, 63

Colectivo 41, 47, 50

Competências científicas 189

Comunidade Rural 10, 11, 13, 14, 17

Contos de fadas 117

Controle Social 63, 64, 67, 68, 71

Crianças 10, 11, 13, 17, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 34, 36, 37, 38, 63, 64, 65, 66, 68, 69, 70, 71, 80, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 116, 117, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 152, 156, 157, 173, 175, 176, 177

CTSA 10, 31, 32, 34

D

Deficiência Física 11, 74, 75, 76, 79, 81, 82

Desenvolvimento sustentável 10, 31, 32, 33, 34

Dewey 10, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 48, 49, 50, 51

Docente 11, 11, 15, 17, 52, 55, 60, 116, 121, 127, 128, 131, 136, 138, 201

E

Educação em saúde 173, 175, 176, 177, 178

Educação feminina 12, 179, 180, 181, 183, 184, 185, 186, 187

Emancipação educacional 52

Ensino de biologia 12, 128, 130, 132, 133

Ensino Superior 11, 12, 1, 2, 3, 4, 8, 9, 14, 27, 52, 53, 55, 56, 60, 62, 74, 104, 106, 107, 108, 110, 111, 112, 113, 129, 152, 189, 190, 191, 201

Ensino Universitário 26, 62, 104

Escola 10, 14, 15, 17, 19, 20, 21, 22, 25, 31, 33, 34, 36, 37, 38, 39, 64, 65, 69, 70, 73, 92, 93, 95, 97, 98, 99, 100, 101, 110, 116, 119, 120, 122, 123, 127, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 147, 148, 149, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 167, 169, 173, 175, 176, 178, 180, 189

Escritoras 92, 93, 94, 95, 96, 97, 99, 100, 101, 102

Estratégias Educacionais 52, 53

Estudos Organizacionais 160, 161, 162, 163, 164, 170, 171, 172

Extensão Universitária 1

F

Filho Idealizado 11, 74, 75, 78, 80, 81, 82

Formação de professores 12, 10, 128, 130, 131, 132, 133, 138, 139, 201

Formação profissional 3, 4, 6, 26, 131, 132

G

Gestão da inovação 52, 54, 57

H

História cultural 92, 158

História da educação 12, 179, 186

I

Infâncias 11, 83, 86, 87, 89, 92

Institucionalização 7, 83, 84, 86, 87

Instituição imaginária 92, 94, 99, 102

Instrução Primária 70, 150

Intencionalidade Pedagógica 19

L

Liberdade de escolha 10, 19

Luto 11, 74, 75, 77, 78, 80, 81, 82

M

Makarenko 10, 40, 41, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51

Matriz Curricular 11

Método Intuitivo 150, 157, 158
Metodologias ativas e criativas 52
Metrô 11, 104, 105, 107, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115
Mobilidade Urbana 104, 106, 109, 113
Modelo teórico-analítico 189, 199
Moradia 10, 31, 32, 33, 39, 68, 85, 105
Mudanças nas práticas universitárias 26

O

Observatório do Valongo 12, 140

P

Paulo Freire 12, 26, 29, 30, 124, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 169, 170, 171, 172
Pedagogia 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 172
Percepção Docente 11
Período Integral 19, 22
Pesquisas Científicas 91, 128, 129
Pobreza 63, 65, 66, 67, 68, 69, 72, 73, 87, 166
Prácticas 41, 44, 46, 49, 50
Primeira República 12, 179, 180, 183, 184, 185, 186
Produção Científica 128, 132, 133, 134, 186
Projeto de extensão 173, 174, 176
Promoção da saúde 173, 175, 177, 178
Proteção Civil 12, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200

Q

Qualificações profissionais 189

R

Recreação 19, 20, 22, 24, 97, 145

S

Saberes Locais 10, 11, 12

T

Telescópio 140, 141, 142, 143, 145, 147, 148
Transdisciplinaridade 12, 4, 160, 161, 162

V

Visibilidade Científica 128

Vivências 6, 24, 26, 27, 83, 84, 87, 95, 126

Educação e a Apropriação e Reconstrução do Conhecimento Científico

3

-  www.atenaeditora.com.br
-  contato@atenaeditora.com.br
-  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
-  www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Educação e a Apropriação e Reconstrução do Conhecimento Científico

3



www.atenaeditora.com.br



contato@atenaeditora.com.br



[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)



www.facebook.com/atenaeditora.com.br